



CBM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 34.157.391/0001-74

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, As referidas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios dos órgãos reguladores aos quais esta companhia e suas controladas estão sujeitas. Em cumprimento às disposições legais e regulamentares, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas da CBM Participações S.A. e a suas controladas, relativos ao exercício findo em 31/12/2023. As referidas demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas segundo os critérios dos órgãos reguladores aos quais a sua controlada NEWVE Seguros está sujeita. Neste relatório, a CBM Participações S.A. é tratada como "Companhia" e o termo "Grupo" é usado para tratar o conjunto formado pela CBM e suas Controladas NEWVE Seguros (também tratada como "Seguradora") e Green Data. A Companhia foi constituída para ser uma empresa não operacional com objeto principal a participação como acionista ou sócia em outras sociedades empresariais. No decorrer do exercício findo em 31/12/2023, ocorreram aportes de capital que resultaram em um aumento de R\$41.370 no Capital Social. Em 29/06/2023, a Companhia passou por um aumento de capital com roll-up dos acionistas da controlada NEWVE Seguros, no valor de R\$19.770 e em 18/07/2023 um novo aporte pelo fundo de investimento Insureliance Investment Fund Private Equity II SCA SICAV RAIF (dormente denominada por "Insureliance Investment") de R\$ 21.600. Em 31/12/2023, seu controle acionário está distribuído da seguinte forma: 62,28% pertencente aos sócios majoritários, 35,31% pertencente ao fundo Insureliance Investment e 2,41% pertencente aos sócios minoritários. O capital social subscrito e totalmente integralizado no montante de R\$ 56.880 (R\$ 15.510 em 31/12/2022) dividido em 26.423.017 (15.509.980 em 31/12/2022) quotas nominais. Atualmente, o Grupo possui um patrimônio líquido de R\$79.527 (R\$ 66.520 em 31/12/2022). A CBM, através da sua Controlada NEWVE Seguros, irá direcionar seus interesses para atender ao mercado brasileiro no fornecimento de produtos de seguros especiais aos clientes, adotando amplo conceito de sustentabilidade econômica e padrões éticos. A CBM, através da sua Controlada Green Data, busca capacitar empresas no mercado financeiro agrícola e oferecer análises socioambientais acessíveis, garantindo as melhores práticas ASG (Ambiental, Social e Governança) e mitigando e gerenciando riscos com mais eficiência e economia. Prêmios emitidos: Os prêmios emitidos totalizaram em 31/12/2023 R\$ 101,5 milhões, com redução de R\$ 121,3 milhões ou 54% em relação ao exercício de 2022. No Agrô os prêmios emitidos totalizaram em 31/12/2023 o saldo de R\$53 milhões (R\$172,6 milhões em 31/12/2022), a redução foi influenciada por diversos fatores, entre eles, queda dos preços da commodities, aumento da capacidade financeira dos produtores em três excelentes safras (perda na percepção de risco), perda de "apelo do produto" dado o ajuste em galhões/cobertura e taxas após a catástrofe de 2021 e "stress" na relação comercial com alguns canais de distribuição como consequência das negativas de sinistros na Safra de Verão 2021/2022. Em Riscos Financeiros os prêmios emitidos totalizaram em 31/12/2023 o saldo de R\$40 milhões (R\$46,7 milhões em 31/12/2022), a redução ocorreu essencialmente na taxa do prêmio, que caiu aproximadamente pela metade. Sinistralidade: Em 31 de dezembro 2023, a sinistralidade média apresentou índice de 117,83%, uma redução de 91,49% em relação ao exercício anterior. A sinistralidade do exercício está impactada pelas discussões dos sinistros judiciais ocorridos em safras anteriores, relacionadas ao fenômeno La Niña. Esse fenômeno é marcado pelo baixo volume de precipitação notadamente no Sul do país e foi responsável pelas perdas catastróficas ocorrida na Safra Verão 2021/2022. Despesas administrativas: Em 31 de dezembro 2023, as despesas administrativas do Grupo totalizaram R\$32,7 milhões, em 2022 o saldo foi de R\$ 34,1 milhões, apresentando uma redução de R\$ 1,3 milhões (3,87%). Resultado financeiro: O resultado financeiro no Grupo totalizou em 31/12/2023

R\$7,8 milhões, redução de R\$ 1,4 milhões ou 15,05% em relação ao mesmo exercício do ano anterior. A taxa SELIC ao longo de 2023, apresentou uma pequena redução (13,75% a.a. para 11,75% a.a.) contribuindo para redução do resultado financeiro. A política de investimentos do Grupo tem como premissa básica a preservação do capital e a estabilidade das receitas financeiras, dessa forma, as aplicações para a cobertura de provisões técnicas são feitas prioritariamente, diretamente ou via fundos de investimentos, em títulos do Tesouro Nacional. Resultado do Exercício: Em 31 de dezembro 2023, o Grupo totalizou um prejuízo de R\$ 7,8 milhões, aumento de R\$ 6,7 milhões, ou seja, aumento de 635,31% em relação ao ano anterior. O prejuízo no exercício é reflexo da baixa emissão e a alta da sinistralidade e das despesas administrativas apresentadas no exercício. Declaração de capacidade financeira: A Seguradora, em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12/11/2021, e alterações posteriores, a Seguradora declara vincular 100% das aplicações financeiras no montante de R\$ 74,6 milhões. A Seguradora, em 31/12/2023 apresentou suficiência de ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas no montante de R\$ 30,8 milhões. A Administração da CBM Participações S.A., em conjunto com suas controladas, fomenta o Programa de Controles Internos da Seguradora e reforça o cumprimento do Código de Conduta em todos os níveis, como parte de seu compromisso com as boas práticas de governança e transparência na condução de seus negócios e dos interesses de clientes, parceiros, colaboradores e acionistas. A CBM Participações S.A., através de sua controlada NEWVE Seguros, agradece a SUSEP e demais autoridades do setor. As Sociedades Resseguradoras e Corretoras de Seguro, a Seguradora agradece a confiança e parceria nos negócios e operações realizadas e, aproveita também, para agradecer aos nossos colaboradores por sua dedicação e desempenho para o cumprimento dos objetivos da Seguradora. Rio de Janeiro, 27/03/2024. A Administração

Balancos patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Table with columns: Ativo, Circulante, Disponível, Caixa e bancos, Equivalentes de caixa, Aplicações, Créditos das operações com seguros e resseguros, Prêmios a Receber, Operações com resseguradoras, Operações com seguradoras, Outros Créditos Operacionais, Títulos e créditos a receber, Créditos tributários e previdenciários, Ressarcimentos a Receber, Outros créditos, Despesas antecipadas, Custos de aquisição diferidos, Seguros, Ativos de contrato de resseguro, Ativo não circulante, Realizável a longo prazo, Créditos das operações com seguros e resseguros, Prêmios a Receber, Ativos de contratos de resseguro, Títulos e créditos a receber, Créditos tributários e previdenciários, Outros créditos operacionais, Depósitos Judiciais e Fiscais, Custos de aquisição diferidos, Seguros, Investimento, Participação Societária, Imobilizado, Bens móveis, Outras imobilizações, Intangível, Total do ativo, Circulante, Contas a pagar, Obrigações a pagar, Impostos e encargos sociais a recolher, Encargos trabalhistas, Impostos e contribuições, Outras contas a pagar, Débitos de operações de seguros e resseguros, Prêmios a restituir, Operações com Seguradoras, Operações com Resseguradoras, Corretores de seguros e resseguros, Depósitos de terceiros, Provisões técnicas, Danos, Passivo não circulante, Provisões técnicas, Danos, Patrimônio líquido, Capital social, Reserva de Capital, Reserva de Lucros, Participação de Não Controlador, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table: Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais). Columns: Companhia (não auditado), Consolidado (não auditado), 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows: (Prejuízo)/Lucro do exercício, Total do resultado abrangente do exercício.

Table: Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais). Columns: Companhia, Consolidado, Nota, Capital social, Aumen. to de reserva, Reser-va de capital, Reser-va de lucros, Lucros/Prejuízos acumulados, Total, Participação de não Controlador, Total. Rows: Saldos em 31/12/2021 (não auditado), Movimento do Exercício, Redução de Capital, Reserva de Capital, Saldos em 31/12/2022 (não auditado), Movimento do Exercício, Aprovação de Capital, Aumento de Capital-AGE de 18/07/2023, Reserva de Capital, Saldos em 31/12/2023.

Table: Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto) Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais). Columns: Companhia (não auditado), Consolidado (não auditado), Nota, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows: Atividades operacionais, Atividades de investimento, Caixa (Consumidos)/gerado pelas operações, Atividades de financiamento.

Table: Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação). Columns: Companhia (não auditado), Consolidado (não auditado), Nota, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows: Prêmios emitidos líquidos, Variações das provisões técnicas de prêmios, Prêmios ganhos, Sinistros ocorridos, Custos de aquisição, Outras receitas e despesas operacionais, Resultado com resseguro, Receita com resseguro, Despesa com resseguro, Outros resultados com resseguros, Despesas administrativas, Despesas com tributos, Resultado financeiro, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado operacional, Ganhos ou perdas com ativos nao correntes, Ajuste de avaliação patrimonial, Resultado Patrimonial, Resultado antes dos impostos e participações, Imposto de renda corrente, Contribuição social corrente, Participações sobre o lucro, (Prejuízo)/Lucro líquido do exercício, Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício-Não Controlador, Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício-Controlador, Quantidade de ações, Lucro/Prejuízo líquido por ação (em R\$).

passivos que a Seguradora irá liquidar ao longo dos anos. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas; ii. informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. Nota explicativa 6-Instrumentos Financeiros. Nota explicativa 8-Realização dos Créditos tributários. Nota explicativa 12-Intangível. Nota explicativa 15-Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não avisados-IBNR. Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não suficientemente avisados-IBNER, Provisão de Sinistros a Liquidar-P&L, Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial-P&L Judicial e o Teste de Adequação de Passivos-TAP. Nota explicativa 18-Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. 3 Principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para ambos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. 3.1 Caixa e equivalente de caixa: O Grupo considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pelo Grupo para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "caixa e bancos". 3.2 Instrumentos financeiros: O Grupo pode classificar seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. O Grupo pode classificar seus passivos financeiros nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação entre as categorias é definida com base no modelo de negócios do Grupo para a gestão dos ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa destes ativos. 3.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. 3.2.2 Ativos financeiros disponíveis para venda: Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, receita financeira e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes. Líquidas dos respectivos efeitos tributários e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado. 3.2.3 Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. 3.2.4 Determinação do valor justo: Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referência ao valor justo do outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. A Seguradora não opera diretamente em derivativos, exceto através de seus fundos de investimentos com o objetivo de proteção à exposição da carteira (hedge), se necessário. 3.3 Investimento em controladas: Nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações financeiras levantadas pelas respectivas investidas nas mesmas datas-bases e critérios contábeis dos balanços da Companhia. Os lucros e prejuízos resultantes das transações entre empresas do Grupo são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente na extensão das participações na investida que não sejam relacionadas ao Grupo. Os ajustes decorrentes das movimentações societárias entre o Grupo são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. 3.4 Recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (impairment): Ativos financeiros não-derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: inadimplência ou atrasos do devedor; Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. 3.5 Operações de seguros e resseguros: Tendo como referência a Circular SUSEP nº 648, e alterações posteriores, a Seguradora possui metodologia específica de acordo por ramo de atuação para reconhecer uma Redução ao Valor Recuperável-RVR. Agro: De acordo com o estudo interno, a Seguradora constitui como redução ao valor recuperável, 100% dos prêmios a receber dos contratos cujas safras já tenham ocorrido, considerando o exercício de vigência do risco e a regulação de sinistros. Riscos Financeiros e Responsabilidades: De acordo com o estudo interno, a Seguradora concluiu que não possui base significativa para avaliar a inadimplência. Com isso, a Seguradora seguirá as orientações do Art. 139 da Circular SUSEP nº 678 de 10/10/2022, efetuando a redução ao valor recuperável das parcelas vencidas há mais de 60 (sessenta) dias. Em relação a recuperação dos sinistros pagos junto aos resseguradores, o estudo da Seguradora considera os últimos 5 anos de operação, entendendo que não há necessidade de constituição de valor recuperável (com exceção dos saldos em aberto sem as devidas justificativas) sendo considerados como redutores de valor recuperável na rubrica Contábil Sinistros Pagos e não Recuperação do ressegurador) vez que o estudo demonstrou que a seguradora vem recuperando os sinistros pagos no decorrer dos últimos anos, sem indicação de default e sim com alguma morosidade no recebimento em função do processo de prestação de contas junto aos resseguradores, em especial no exercício de 2022, onde o volume de recuperações de sinistros do ramo agro foi bastante elevado. Ativos não financeiros: Ativos não financeiros são avaliados para impairment quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indicam que o valor contábil do ativo não seja total ou parcialmente recuperável. Uma perda para impairment é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos respectivos custos de venda). Para fins de testes de impairment, os ativos não financeiros são agrupados por categoria. O Grupo não identificou necessidade de constituição de impairment para os ativos supracitados. 3.6 Ativos e passivos originados de contratos de resseguro: Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exige o Grupo de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas de contratos proporcionais firmados

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional: A CBM Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 9/07/2019 e tem como objeto social participar do capital de outras sociedades de natureza civil ou comercial, como quotista ou acionista. A Empresa participa, diretamente, por meio de sua controlada NEWVE Seguros no segmento de seguros, operando predominantemente no ramo de seguros de agronegócio. No dia 7/12/2022, a Companhia optou por meio de alteração contratual pela transformação do tipo societário para sociedade anônima de capital fechado. Seu controle acionário em 31/12/2023, pertence aos sócios majoritários que representam 62,28% total de ações. Em 6/11/2019, foi publicada a Portaria SUSEP nº 7.556, de 30/10/2019, através da qual a Superintendência de Seguros Privados aprovou a transferência do controle acionário e da ingerência efetiva nos negócios da Markel Seguradora do Brasil S.A., CNPJ nº 26.609.195/0001-65, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ, para os acionistas da CBM Participações S.A., na forma do contrato de compra e venda de ações firmado em 26/06/2019 e do acordo de quotistas celebrado em 15/07/2019. Em 22/11/2019, foi publicada a Portaria SUSEP nº 116, de 7/11/2019, através da qual a Superintendência de Seguros Privados aprovou a mudança da denominação social da Markel Seguradora do Brasil S.A. para Newve Seguros S.A. Em 29/06/2023, a Companhia passou por um aumento de capital com roll-up, no valor de R\$ 19.770, dos acionistas da NEWVE e em 18/07/2023 um novo aporte pelo fundo de investimento "Insureliance Investment" de R\$ 21.600. Em 18/07/2023, a CBM Participações efetuou um aumento de capital social na NEWVE Seguros, no montante de R\$ 8.700, resultando num capital social total de R\$ 78.849, o qual foi homologado pela SUSEP em 3/01/2024. Dessa forma, em 31/07/2023, a CBM Participações S.A. passou a possuir 100% (69,62% em 31/12/2022) de participação societária nas ações ordinárias da NEWVE Seguros S.A. A NEWVE Seguros é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1, conjunto 806-parce, Centro, Rio de Janeiro-RJ. Em 16/06/2023, foi criada a empresa Green Data LTDA pertencente ao grupo da CBM Participações com um aporte de capital social de R\$ 10 mil, possuindo assim 100% da companhia. Em 31/08/2023, a CBM Participações efetuou um aumento de capital social na Green Data, no montante de R\$ 2.290, resultando num capital social total de R\$ 2.300. A Green Data presta serviços, dentre outros, de assessoria e consultoria em análise de informações e dados para gestão, para o mercado nacional e, inclusive, a Seguradora. O foco da Green Data é a capacitação e empregar no mercado financeiro agrícola e oferecer análises socioambientais acessíveis, garantindo as melhores práticas ASG e mitigando e gerenciando riscos com mais eficiência e economia. 2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação/apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em alinhamento com seus acionistas e sua administração a Companhia elaborou suas demonstrações financeiras em consonância à Circular SUSEP nº 648 e alterações posteriores (SUSEP/AAAP), haja vista a submissão da Seguradora, principal ativo da Companhia, à esta superintendência. As referidas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios. A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi aprovada pela diretoria em 27/03/2024. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes itens reconhecidos no balanço pelo valor justo: Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. 2.3 Consolidação: a. Controladas: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar estes retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. As operações entre empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nestas operações, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Empresa. Adicionalmente, considerando a representatividade das operações de seguro nas demonstrações financeiras consolidadas, certas nomenclaturas dadas as características dos registros na empresa investida foram mantidas para fins de apresentação e melhor entendimento do leitor com conhecimento das atividades relacionadas ao seguimento de seguros. 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo e de apresentação. Todas as informações financeiras e operacionais apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo utilizando-se a taxa de câmbio da data da transação. Os respectivos ativos e passivos monetários são atualizados pela variação da taxa de câmbio até a data de liquidação ou reporte. As variações cambiais resultantes são reconhecidas no resultado do período em que surgirem. 2.5 Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos



para cessão de riscos, cujo exercício de cobertura dos riscos ainda não expirou e cujo reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o exercício de exposição do risco que foi contratado; (ii) os prêmios de resseguros diferidos de contratos proporcionais "risk attaching" firmados para proteção das carteiras de seguro Rural e Riscos Financeiros, cujo reconhecimento dar-se-á pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o exercício de exposição do risco que foram aceitos pela Controladora; (iii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores e (iv) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. 3.7 Provisões Técnicas: As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método "pro-rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE) é constituída com a finalidade de estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos. É calculada por estimativa baseada no histórico de 3 anos por meio de um método de desenvolvimento de prêmio, considerando o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída de acordo com a melhor estimativa de indenização com base nas notificações de sinistros recebidas até a data do balanço patrimonial, conforme percentual de cobertura estabelecido em contrato. Os critérios para estimar o valor a ser constituído como reserva inicial desta provisão dependem das características de cada ramo, considerados os valores reclamados. Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSL Jud.) é constituída para cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos de sinistros objeto de ações judiciais e os resultados de sentença transitada em julgado. É realizada individualmente para cada caso, observando-se a classificação de perda entre provável, possível e remoto, e definindo para cada classificação, um fator percentual de perda estimada a ser aplicado sobre o valor reclamado no processo judicial. Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR e IBNER) são constituídas, respectivamente, para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros já ocorridos e ainda não avisados, tanto para os sinistros judiciais como os administrativos. A IBNR é constituída pela diferença entre a sinistralidade esperada e a provisão de sinistros a liquidar já constituída. A IBNER é constituída para ajustar de forma global a PSL, quando não é possível ajustar de forma individual cada sinistro. A provisão estimada por ramo, baseada no histórico da seguradora e o agravamento dos sinistros, quando se entende que a PSL constituída pode deixar de representar a melhor estimativa. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas aos sinistros avisados, contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também, as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. É calculada com base em experiência histórica de gastos com a regulação dos sinistros, respeitando as características de cada ramo. 3.8 Teste de Adequação dos Passivos (TAP): De acordo com o instituído pelo CPC nº 11, o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para os contratos de seguros vigentes, instituído pela Circular SUSEP nº 678, de 10/10/2022, e respectivas alterações, tem como objetivo avaliar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, líquido dos custos de aquisição e eventuais ativos intangíveis relacionados, em comparação com o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos contratos vigentes. O mesmo é elaborado em cada balanço, no mínimo, sendo que este TAP foi realizado considerando os fluxos de caixa futuros das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes na data-base de 31/12/2023, brutos de resseguro, com premissas atuariais atualizadas. As projeções dos fluxos de caixa ocorrem apenas até a data do vencimento das apólices atuais. As provisões, despesas operacionais e despesas de comercialização diferidas são abrangidas pelas projeções. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série de todo histórico da Seguradora e estatísticas do mercado segurador para os ramos que o histórico da Seguradora não apresenta dados suficientes, resultando na sinistralidade de 48,60% para a Seguradora. O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados utilizou as taxas de desconto obtidas pela estrutura a termo de taxas de juros livres de risco (ETTJ), segregada em ETTJ Pré-fixada para contratos em Real e ETTJ Cambial para contratos com moeda estrangeira, apresentada no artigo Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros para Utilização pelo Mercado Segurador Brasileiro. O teste de adequação conduzido pela Seguradora, permite afirmar que as provisões técnicas são suficientes para cobrir os compromissos futuros referentes aos riscos assumidos até 31/12/2023. Não há necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura-PPC, pois o teste de adequação dos passivos não apurou uma insuficiência da provisão de prêmios não ganhos-PPNG para a cobertura dos sinistros a ocorrer. Com relação às demais provisões técnicas, PSL, IBNR, IBNER e PDR também não há insuficiências a cobrir. 3.9 Imobilização: O imobilizado compreende equipamentos, móveis, utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros utilizados na condução dos negócios do Grupo. O imobilizado é avaliado pelo custo histórico e compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos bens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo. 3.10 Ativo intangível: O ativo intangível é composto por licenças de software adquiridas, capitalizadas com base nos custos incorridos até o ponto em que esses softwares estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos ou exercício de uso da licença quando definido pelo fornecedor. 3.11 Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido para a Seguradora e 9% na CBM Participações e Green Data, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Em 28/04/2022 foi editada pelo Poder Executivo a Medida Provisória-MP nº 1.115/2022, convertida em lei, que majora de 15% para 16% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL das seguradoras, para o exercício compreendido entre 01/08/2022 a 31/12/2022. O tributo diferido é calculado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos levando-se em conta a expectativa da Administração do Grupo sobre a utilização desses ativos no futuro, baseada em projeções elaboradas para o exercício de 5 anos, formalizadas no Estudo de Crédito Tributário e Plano de negócios. Atualmente apenas a Seguradora está reconhecendo contabilmente o tributo diferido. A despesa com imposto de renda e a contribuição social corrente compreende os impostos de renda corrente e diferido e a contribuição social corrente e diferida. 3.12 Provisões judiciais: São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Seguradora em caráter definitivo ou no momento em que os acordos são celebrados. 3.13 Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado do Grupo é de R\$ 56.880 e está representado por 26.423.017 ações nominativas sem valor nominal (15.509.980 ações em 31/12/2022), sendo todas ordinárias. Na proporção do número de ações que possuem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações resultantes de aumento do capital social, observado o disposto no artigo 171 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, que será exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da respectiva Assembleia. 3.14 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio: Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. O Grupo pode optar por destinar parte do lucro sob a forma de juros sobre capital próprio como uma despesa antes do lucro líquido. 3.15 Apuração do resultado: O resultado é apurado de acordo com regime contábil de competência. 3.16 Classificação dos contratos de seguro: Contrato de seguro é aquele em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando indenizá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico que o afetou adversamente. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. Mensuração dos contratos de seguros: As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto que as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com período de cobertura dos contratos firmados com os resseguradores. 3.16.1 Comissão de corretagem e comissão diferida: As despesas de comercialização oriundas de corretagens são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o exercício decorrido de vigência do risco coberto. 3.16.2 Sinistros: Os sinistros avisados são contabilizados a partir do momento em que a Seguradora é notificada pelo segurado. 3.16.3 Participações nos lucros: O plano de participações dos empregados e administradores nos lucros é baseado, atualmente, no acordo do sindicato para a categoria. 3.16.4 Novas normas e interpretações contábeis ainda não adotadas por entidade supervisionada pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP: a. CPC 50/IFRS 17-Contratos de Seguros: A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O Objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações são base para os usuários das demonstrações financeiras consolidadas avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A Seguradora ainda não iniciou a avaliação por entender que o seu principal ramo de atuação, que representa mais de 90% de sua produção anual de prêmios, possui uma vigência média de 4 a 5 meses, o que permite ao usuário das demonstrações financeiras consolidadas avaliarem os efeitos positivos ou negativos de seus contratos de seguros. A SUSEP não referendou o CPC 50, portanto não há impacto para a Seguradora. b. CPC 48-Instrumentos financeiros (IFRS 9): A nova norma altera a maneira como os ativos financeiros são classificados no balanço patrimonial e estabelece as seguintes categorias: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são consolidados nem contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, a IFRS 9 (CPC 48) altera a sua classificação e mensuração. De acordo com a IAS 39 (CPC 38), os investimentos em instrumentos patrimoniais eram classificados como (i) disponíveis para venda e avaliados pelo VJORA ou (ii) como mantidos para negociação, sendo mensurados ao VJR. Havia também uma isenção que permitia às empresas mensurarem os instrumentos patrimoniais a custo, em circunstâncias limitadas. O IFRS 9 (CPC 48) exige que as empresas mensurem investimentos em instrumentos patrimoniais ao VJR, mas oferece a opção de mensurá-los no VJORA, se esses não forem mantidos para negociação. Isso significa que o custo não é mais uma base de mensuração aceitável. A SUSEP, através do artigo 138 da Circular 678 de 10/10/2022 trouxe, entre outros aspectos a serem observados sobre a classificação de ativos financeiros, perdas esperadas, entre outros. A referida norma entrou em vigor em 2023 e para determinados requerimentos, em 2024. No entanto, os ativos da Seguradora não se enquadram na classificação (VJORA), mas sim em VJR, com isso está aderente ao CPC 48 e não teve impacto com a atualização da norma. 4 Estrutura de gestão de riscos: A estrutura de gerenciamento de riscos define a metodologia aplicada, estabelece seus objetivos, princípios, diretrizes e orienta os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões gerenciais e estratégicas, em conformidade com

as melhores práticas de mercado. O Grupo, considerando seu enquadramento no segmento S3, optou pela junção das unidades de Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos, constituindo a Unidade de Conformidade e Gestão de Riscos. O propósito da Unidade de Conformidade e Gestão de Riscos ("Unidade") é monitorar e suportar continuamente as atividades destinadas a garantir a conformidade, gestão de riscos e sistema de controle interno da Seguradora, com análise crítica e melhoria contínua da gestão, observando a Resolução CNSP nº 416/2021. O Grupo elaborou estudo de materialidade a fim de identificar, avaliar e classificar os riscos de sustentabilidade a que se encontra exposta, levando em consideração o porte, a natureza e a complexidade de operações. Os riscos de sustentabilidade não constituem necessariamente novas categorias de risco, devendo, sempre que possível, ser considerados nas categorias obrigatórias de risco de subscrição, de crédito, de mercado, operacional e de liquidez, em função de seus efeitos. A Seguradora está em adequação para completa aderência à Circular Susep nº 666/2022. 4.1 Princípios da estrutura de gestão de riscos: A meta da Unidade é mitigar os riscos próprios da atividade e, com isso, criar valor e contribuir para que a empresa alcance seus objetivos. A estratégia (nossa atitude perante o risco) e o apetite de risco (quanto risco estamos preparados para aceitar) definem como será cumprido o objetivo. Ciclo do gerenciamento de risco: O gerenciamento de risco deve ser realizado de forma cíclica, favorecendo assim a identificação, classificação, mitigação e relato. Deve seguir as seguintes etapas: • Levantamento dos Riscos: Os riscos são levantados em conjunto com os gestores dos processos mapeados, tendo como base o planejamento estratégico da Seguradora. • Avaliação de Riscos: A avaliação é realizada com o apoio do gestor que julga os riscos identificados com relação à probabilidade de ocorrência e a consequência dessa exposição ao risco, caso se materialize. • Resposta aos Riscos (Planos de ação): Mensurados os riscos e estabelecidas as exposições que excedem o perfil de risco desejado, os planos de ação são adotados visando reduzir o risco ao nível aceitável. As ações planejadas priorizam as causas identificadas como grandes potencializadoras do risco. • Comunicação do Gerenciamento de Riscos: A comunicação de riscos deverá ser implementada em todas as etapas do processo de gestão de riscos. A comunicação atinge todas as partes interessadas, sendo realizada de forma clara e objetiva, respeitando as boas práticas de governança. 4.1.1 Risco de subscrição: Define-se o risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Seguradora, direta ou indiretamente, em relação às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios e provisões técnicas. O objetivo da Seguradora é gerar lucros consistentes e a longo prazo com a subscrição. Sua estratégia é preservar um amplo portfólio de riscos com preferências para produtos de nicho e especializados. 4.2 Risco operacional: Define-se risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. A Seguradora concentra no risco operacional "puro", ou seja, quando a perda surge puramente como resultado da falha de um ou mais processos, pessoas ou sistemas, ou de eventos externos. 4.2.1 Teste de sensibilidade nas atividades de seguros e resseguro

Table with 2 main sections: 'Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2023' and 'Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2022 (não auditado)'. Each section has columns for Variáveis, Premissas, Bruto de resseguro, and Líquido de resseguro.

4.2.2 Concentração de risco por região de atuação: As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio da região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Table showing 'Composição da carteira por classe e categoria contábil' for 31/12/2023. Columns include Região Geográfica, Rural, %, Riscos Financeiros, % De-mais, % Total, and %.

Table showing 'Composição da carteira por classe e categoria contábil' for 31/12/2023. Columns include S&P, AM Best, Moody's, Sem rating, and Saldo contábil.

Table showing 'Composição da carteira por classe e categoria contábil' for 31/12/2022 (não auditado). Columns include S&P, AM Best, Moody's, Sem rating, and Saldo contábil.

4.6 Risco cambial: Define-se o risco cambial como o que afeta operações com mercado internacional, de natureza comercial, operacional, cambial e regulatória. As operações do Grupo são todas em moeda corrente nacional (BRL), apesar de possuir operações com resseguradores fora do Brasil. O risco cambial é considerado mínimo, pois se refere apenas ao tempo de envio da remessa e à conversão em moeda corrente nacional (BRL), que tem um tempo médio para envio e conversão de 5 dias. E, os contratos de resseguros possuem dispositivos legais que permite a Seguradora a recuperação da variação cambial caso ela ocorra.

Table showing '5 Caixa, bancos e equivalentes de caixa' for 31/12/2023 and 31/12/2022 (não auditado). Columns include Conta e Contas bancárias, Total Circulante, and Consolidado.

Table showing 'Exercício findo em 31/12/2023' and 'Exercício findo em 31/12/2022 (não auditado)'. Columns include Custos, Valores, e Taxas de juros anuais.

Table showing 'Consolidado Prêmio Emitido (\*)' for 31/12/2022 (não auditado). Columns include Região Geográfica, Rural, %, Riscos Financeiros, % De-mais, % Total, and %.

Table showing 'Companhia' for 0-1 ano, 1-5 anos, and Total. Columns include Caixa, bancos e equivalentes de caixa, Ativos financeiros valor justo por meio do resultado, Total de ativos financeiros, Passivos financeiros, and Contas a pagar.

Table showing 'Companhia' for 0-1 ano, 1-5 anos, and Total. Columns include Caixa, bancos e equivalentes de caixa, Ativos financeiros valor justo por meio do resultado, Total de ativos financeiros, Passivos financeiros, and Contas a pagar.

Table showing 'Companhia' for 0-1 ano, 1-5 anos, and Total. Columns include Caixa, bancos e equivalentes de caixa, Ativos financeiros valor justo por meio do resultado, Total de ativos financeiros, Passivos financeiros, and Contas a pagar.

Table showing 'Composição da carteira por classe e categoria contábil' for 31/12/2023 and 31/12/2022 (não auditado). Columns include Categoria contábil, Moody's, Sem rating, Saldo contábil, and Total.

Table showing 'Composição da carteira por classe e categoria contábil' for 31/12/2022 (não auditado). Columns include Categoria contábil, Moody's, Sem rating, Saldo contábil, and Total.

Table showing '6.2 Movimentação das aplicações financeiras' for 31/12/2023 and 31/12/2022 (não auditado). Columns include Saldo em 31/12/2022, Aplicações, Resgates, Rendimentos, and Saldo em 31/12/2023.

Table showing '6.3 Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros: De acordo com o CPC nº 40 (R1), os instrumentos financeiros devem ser classificados por níveis de hierarquia, sendo: Nível 1-Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos; Nível 2-Classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto; e Nível 3-Ativo ou passivo que não é calculado com base em dados observáveis do mercado (fato não observável). A tabela a seguir apresenta a classificação dos instrumentos financeiros detidos pela Seguradora mensurados ao valor justo e de acordo com o nível de hierarquia:



Títulos	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Valor justo por meio do resultado		
Cotas de Fundos de Investimentos	86.370	58.942
Total Circulante	86.370	58.942

Não houve transferência entre níveis durante os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022. 7 Créditos das operações de seguros e resseguros: Compreende os prêmios a receber oriundos de contratos de seguros e sinistros pagos a recuperar de resseguradoras. 7.1 Composição dos prêmios a receber por ramo

Grupo de ramo	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
<b>Total de prêmios a receber</b>	<b>24.229</b>	<b>25.067</b>
Rural	4.595	7.017
Riscos Financeiros	20.695	18.206
Responsabilidades	699	1.044
RVNE	2.312	2.350
RVR-Prêmios a receber	(4.073)	(3.550)
Total circulante	24.229	25.067
Circulante	24.229	25.067
Riscos Financeiros	6.890	9.152
Total não circulante	6.890	9.152
Não Circulante	6.890	9.152
Total	31.119	34.219

**7.1.1 Média de parcelamento dos prêmios a receber por ramo**

Ramo	Quantidade de parcelas	Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Rural	1 a 5	99,8%	99,8%
	6 a 11	0,2%	0,4%
Garantia	1 a 5	93,6%	98,2%
	6 a 11	4,8%	1,4%
Responsabilidades	1 a 5	1,7%	0,5%
	6 a 11	4,2%	100,0%

**7.2 Composição de sinistros pagos a recuperar, prêmios e comissões a restituir de resseguradoras: a. Composição de sinistros pagos a recuperar de resseguradoras**

Ramo	Consolidado			
	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitido	Total
Rural	4.803	16.964	6.230	27.997
Total	4.803	16.964	6.230	27.997
Circulante	4.803	16.964	6.230	27.997

**b. Composição de prêmios e comissões a restituir de resseguradoras**

Ramo	Consolidado			
	Ressegurador Local	Ressegurador Eventual	Ressegurador Admitido	Total
Rural	7	1.020	1.661	2.689
Total	7	1.020	1.661	2.689
Circulante	7	1.020	1.661	2.689
Total Geral (a+b)	4.810	17.984	7.891	30.686

**7.3 Movimentação de prêmios a receber**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Saldo em 31/12/2021 (não auditado)	13.361	13.361
Emissões	276.806	276.806
Cancelamentos	(24.394)	(24.394)
Restituições	(28.666)	(28.666)
RVNE	(577)	(577)
Recebimentos	(200.716)	(200.716)
<b>Total</b>	<b>13.361</b>	<b>13.361</b>

No quadro abaixo, destaca-se que em 6 anos a Seguradora irá compensar 100% do total dos créditos tributários:

	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026	31/12/2027	31/12/2028
Lucros tributários futuros	(12.847)	(6.358)	7.307	15.483	52.660	78.614
Compensação créditos tributáveis (30%)	5.139	2.543	(877)	(1.858)	(6.319)	(9.434)
% Consumido			4,50%	14,04%	46,49%	94,92%

Conforme observado no quadro acima, a Seguradora estima lucros tributários até 2028. O Grupo Newe teve no final de 2022, a entrada de um novo investidor que resultou em um aumento de capital de R\$30,3 milhões sendo R\$21,6 milhões já integralizados em 2022 e o restante integralizado neste exercício. No ano de 2023, a Seguradora contratou um consultor externo com vasta experiência no mercado de Seguros para auxiliá-la na execução do Planejamento Estratégico com visão em 2028. Os principais entregáveis desse Planejamento foram: O Plano de atuação da Seguradora com foco em ramos specialty (Rural, Riscos Financeiros e Responsabilidade) e o Plano de Negócios da Seguradora até 2028. O Planejamento Estratégico, bem como o Budget de 2024 a 2028 foram aprovados pelo Conselho de Administração na Reunião do Conselho do dia 20/12/2023. b) A Seguradora reconhece contabilmente, os créditos tributários de PIS e COFINS originários das provisões de sinistros, deduzidas as provisões para recuperações de sinistros. Para fins de apuração das bases de cálculo dessas contribuições os valores somente são dedutíveis quando pagos ou recebidos. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%.

**8.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Imposto de renda	6.954	4.173
Contribuição social	672	403
Saldo em 31/12/2022 (não auditado)	7.625	4.605
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	3.212	1.927
Ajustes Temporais	(146)	(88)
Saldo em 31/12/2023	10.741	6.444

**8.3 Ressarcimentos a Receber:** A Seguradora possui direito ao reembolso dos prejuízos suportados ao indenizar dano causado por terceiros, no ramo de Riscos Financeiros. A Seguradora registrou o montante de R\$ 5.936 em 31/12/2023. **9 Custos de aquisição diferidos:** 9.1 Composição dos custos de aquisição diferidos

Grupo de ramo	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Responsabilidade	1.405	1.196
Riscos Financeiros	16.450	13.023
Rural	1.385	2.461
Total	19.240	16.680
Circulante	10.157	9.788
Não Circulante	9.083	6.892

**9.1.1 Prazo de Diferimentos dos Custos de Aquisição por ramo**

Ramo	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Rural	6 meses	6 meses
Riscos Financeiros	3 anos	3 anos
Responsabilidades	3,5 anos	3,5 anos

**9.2 Movimentação dos custos de aquisição diferidos**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Saldo em 31/12/2021 (não auditado)	22.801	22.801
Constituição	31.770	31.770
Amortização	(37.891)	(37.891)
Saldo em 31/12/2022 (não auditado)	16.680	16.680
Constituição	16.445	16.445
Amortização	(13.865)	(13.865)
Saldo em 31/12/2023	19.240	19.240

As despesas de comercialização são as comissões de corretagem registradas quando da aceitação dos contratos de seguros e apropriadas ao resultado, de acordo com o exercício decorrido de vigência do risco coberto. As despesas de comercialização são apropriadas ao resultado, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, ao longo do exercício de risco. **10 Investimentos:** As movimentações dos investimentos estão demonstradas a seguir:

Exercício	Controlada		Participação acionária		Patrimônio Líquido		Lucro/Líquido	
	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022 (não auditado)	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022 (não auditado)	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022 (não auditado)	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022 (não auditado)
Newe Seguros	40.393	7.733	40.393	7.733	40.393	7.733	40.393	7.733
Total	40.393	7.733	40.393	7.733	40.393	7.733	40.393	7.733

a) Observa-se no quadro abaixo que teve um aumento no percentual de participação na Controlada NEWE Seguros na data-base 31/12/2023, o que ocasionou um aumento de R\$ 19.770 no patrimônio líquido da Companhia. Adicionalmente, ocorreu um aumento de capital no montante de R\$ 8.699 devido ao aporte feito pela Companhia conforme detalhado na N.E. 1. b) Foi feito um aporte de R\$ 2.300 na Green Data feito pela Companhia conforme detalhado na N.E. 1. Os principais saldos das controladas estão demonstrados abaixo:

Exercício	Controlada		Participação acionária		Patrimônio Líquido		Lucro/Líquido	
	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022 (não auditado)	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022 (não auditado)	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022 (não auditado)	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022 (não auditado)
Newe Seguros (a)	47.090	23.469	47.090	23.469	47.090	23.469	47.090	23.469
Green Data (b)	2.300	(6.753)	2.300	(6.753)	2.300	(6.753)	2.300	(6.753)
Total	49.390	16.716	49.390	16.716	49.390	16.716	49.390	16.716

(\*) Para melhor detalhamento, consultar nota explicativa 1.

Títulos	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Redução ao Valor Recuperável	34.219	34.219
Saldo em 31/12/2022 (não auditado)	34.219	34.219
Emissões	140.135	140.135
Cancelamentos	(20.100)	(20.100)
Restituições	(18.860)	(18.860)
RVNE	(38)	(38)
Recebimentos	(103.714)	(103.714)
Redução ao Valor Recuperável	(523)	(523)
Saldo em 31/12/2023	31.119	31.119

**7.4 Aging de créditos das operações de seguros e resseguros:**

(a) Prêmios a receber	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Sem vencimento (*)	2.312	2.350
A vencer até 30 dias	8.290	7.667
A vencer de 31 a 60 dias	2.004	2.360
A vencer de 61 a 120 dias	3.325	4.060
A vencer de 121 a 180 dias	2.762	2.082
A vencer de 181 a 365 dias	3.588	4.099
A vencer acima de 365 dias	6.890	9.152
<b>Total</b>	<b>26.861</b>	<b>29.420</b>
Vencidos até 30 dias	1.021	964
Vencidos de 31 a 60 dias	736	897
Vencidos de 61 a 120 dias	409	647
Vencidos de 121 a 180 dias	220	1.066
Vencidos de 181 a 365 dias	193	1.066
Vencidos acima de 365 dias	3.440	1.900
<b>Total</b>	<b>6.020</b>	<b>5.999</b>

Prêmios a receber  
Redução ao Valor Recuperável  
Saldo em 31/12/2023  
31.119

(\*) Saldo referente a RVNE.

**(b) Sinistros a Recuperar do Ressegurador**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Reconhecidos em até 30 dias	2.852	5.149
Reconhecidos entre 31 a 60 dias	3.184	4.030
Reconhecidos entre 61 a 120 dias (a)	13.826	9.009
Reconhecidos entre 121 a 180 dias (a)	3.838	6.320
Reconhecidos entre 181 a 365 dias (a)	3.864	2.362
Reconhecidos acima de 365 dias (a)	433	33
<b>Total</b>	<b>27.997</b>	<b>26.903</b>

**Redução ao Valor Recuperável**

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Saldo	27.997	26.903

(a) Os sinistros a recuperar do ressegurador reconhecidos a mais de 60 dias possui uma morosidade no recebimento em função do processo de prestação de contas junto aos resseguradores, em especial no exercício de 2022, onde o volume de recuperações de sinistros do ramo agro foi bastante elevado. **8 Títulos e créditos a receber: 8.1 Créditos tributários e previdenciários: Composição dos impostos a compensar e créditos tributários**

	Companhia	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Créditos Tributários	293	190
Imposto de renda a compensar	3	24
Contribuição Social a compensar	296	214
Total Circulante	296	214

**Circulante**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Créditos Tributários	305	2.479
Imposto de renda a compensar	3	35
Contribuição Social a compensar	77	30
Antecipação de Imposto de Renda	47	30
Outros Créditos da Previdência Social	1	0
Total Circulante	433	2.574

**Não Circulante**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Imposto de renda diferido sobre:		
Prejuízos Fiscais (a)	10.710	7.498
Diferenças Temporais	31	177
Contribuição social diferida sobre:		
Bases Negativas (a)	6.426	4.499
Diferenças Temporais	18	106
Cofins Diferido	792	216
PIS diferido	128	35
Total Não Circulante	18.105	12.531
Total	18.538	15.105

a) O Grupo possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas em 2023 no montante de R\$ (17.136). O estudo realizado pela Seguradora demonstra possuir lucros tributáveis nos próximos anos de operação em consonância com Circular SUSEP 678/22.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Móveis e utensílios	469	373
Informática	957	880
Benefitárias em imóveis de terceiros	786	696
<b>Total</b>	<b>2.212</b>	<b>1.949</b>

Depreciação/Amortização acumulada

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Total	(1.517)	(1.333)

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo imobilizado:

	Companhia	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Saldos Iniciais	3	(1)
Aquisições/Depreciação/Amortização/Saldos finais	3	(1)
Exercício findo em 31/12/2023	3	(1)
Exercício findo em 31/12/2022	6	(3)
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>3</b>

**12 Intangível: Demonstramos a seguir a movimentação do ativo intangível:**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Saldos Iniciais	4.402	4.242
Aquisições/Depreciação/Amortização/Saldos finais	4.402	4.242
Exercício findo em 31/12/2023	3.416	2.164
Exercício findo em 31/12/2022	2.164	(1.178)
<b>Total</b>	<b>4.402</b>	<b>4.402</b>

**13 Contas a pagar: O saldo de contas a pagar é composto por:**

	Companhia	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Fornecedores	2	-
Juros sobre capital próprio a pagar	1.353	1.353
Subtotal	1.355	1.353

**13.1 Obrigações a pagar**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Fornecedores	525	1.224
Juros sobre capital próprio a pagar	1.353	1.353



CBM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 34.157.391/0001-74

15.4 Desenvolvimento de sinistros
15.4.1 Desenvolvimento de sinistros

Table with columns for years (2017-2023) and Total, showing development of losses from 2017 to 2023.

15.5.3 Desenvolvimento de sinistros (Resseguro)

Table with columns for years (2017-2023) and Total, showing development of losses under reinsurance from 2017 to 2023.

16 Depósitos de Terceiros: (a) Aging de depósitos de terceiros

Table showing aging of deposits by duration (up to 30, 31-60, 61-120 days, and over 365 days).

17 Garantia de provisões técnicas

Table showing technical provisions for different types of risks and contingencies.

18 Provisões Judiciais: Com exceção de 8 (oitos) ações judiciais em que figura como autora, a Seguradora possui somente ações judiciais de natureza cível discutindo contratos de seguro consubstanciadas em apólices emitidas.

Table showing judicial provisions for various categories of risks and contingencies.

Table showing operational indices (CR, CRP, etc.) and risk-related metrics.

Table showing premium and loss ratios for different risk groups.

Table showing the composition of reinsurance premiums and losses.

Table showing detailed breakdown of reinsurance amounts.

Table showing details of reinsurance contracts and coverage.

Table showing details of reinsurance contracts and coverage.

(\*) Os advogados que patrocinam as causas não relacionadas a sinistros, especificamente, tendo como objeto em discussão Danos Morais classificam como "Possível" a probabilidade de perda.

(b) Não relacionados a sinistros - Em 31/12/2023, a Seguradora possui 24 ações segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda e valores em risco.

(c) A sinistralidade do exercício está impactada pelas discussões dos sinistros judiciais ocorridos em safras anteriores, relacionadas ao fenômeno La Niña.

(d) A recuperação dos sinistros do exercício está impactada pelas discussões dos sinistros judiciais ocorridos em safras anteriores, relacionadas ao fenômeno La Niña.

(e) A recuperação dos sinistros do exercício está impactada pelas discussões dos sinistros judiciais ocorridos em safras anteriores, relacionadas ao fenômeno La Niña.

Table showing administrative expenses and taxes, including COFINS and PIS.

Table showing financial results, including net income and taxes.

Table showing financial results, including net income and taxes.

Table showing financial results, including net income and taxes.

Table showing financial results, including net income and taxes.

Table showing financial results, including net income and taxes.

Table showing financial results, including net income and taxes.

Table showing financial results, including net income and taxes.

Table showing financial results, including net income and taxes.

Table showing financial results, including net income and taxes.

Table showing financial results, including net income and taxes.

Table showing financial results, including net income and taxes.

Table showing financial results, including net income and taxes.

Table showing financial results, including net income and taxes.

Table showing financial results, including net income and taxes.

Table showing financial results, including net income and taxes.

26 Remuneração do pessoal chave da Administração: A remuneração paga a diretoria executiva da Companhia no exercício de R\$ 648 (R\$ 0 em 31/12/2022).

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas CBM Participações S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CBM Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros Assuntos: Valores correspondentes ao exercício anterior: Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2022, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará os eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, em termos de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 27/03/2024. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP00160/O-5; Thais Helena Ferreira Farat Cosentino - Contadora - CRC 1SP2600324/O-0.